



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DO III PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (2024-2027)

Prado, Ketley Ellienay Machado

Instituto Federal de Brasília- *campus* Planaltina; ketley.prado@estudante.ifb.edu.br

Resumo

Este trabalho analisa o papel da participação social na construção do Terceiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO III). A pesquisa, baseada na análise documental de fontes primárias, como relatórios e atas das reuniões da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), identifica os mecanismos de participação social e as contribuições da sociedade civil. A metodologia qualitativa e descritiva permite compreender as dinâmicas sociais envolvidas, destacando a importância da inclusão de diferentes setores, como movimentos sociais e comunidades tradicionais. Os resultados mostram avanços significativos em termos de diversidade e inclusão nas políticas públicas, com a introdução de critérios como cota racial e paridade de gênero. O estudo conclui que a participação social é essencial para garantir que as políticas reflitam as demandas territoriais e promovam a justiça social e a sustentabilidade na agroecologia.

Palavras-chave: políticas públicas; movimentos sociais; PLANAPO; CNAPO; CIAPO.

Keywords: public policies; social movements; PLANAPO; CNAPO; CIAPO.

Abstract: This study analyzes the role of social participation in the formulation of the Third National Plan for Agroecology and Organic Production (PLANAPO III). The research, based on the analysis of primary source documents such as reports and minutes from meetings of the National Commission on Agroecology and Organic Production (CNAPO), identifies the mechanisms of social participation and the contributions from civil society. The qualitative and descriptive methodology allows for an understanding of the social dynamics involved, emphasizing the importance of including diverse sectors such as social movements and traditional communities. The findings show significant advances in terms of diversity and inclusion in public policies, with the introduction of criteria such as racial quotas and gender parity. The study concludes that social participation is essential to ensure that policies reflect territorial demands and promote social justice and sustainability in agroecology.

Introdução

A agroecologia é um campo de conhecimento multifacetado que articula práticas e teorias interdisciplinares, englobando aspectos técnicos, ecológicos, sociais e políticos (Altieri, 2004). Ela surge como uma crítica ao modelo de agricultura convencional, caracterizado pela dependência de insumos químicos, exploração intensiva de monoculturas e priorização de mercados globais. Em contrapartida, propõe um modelo alternativo de produção que integra saberes tradicionais e científicos, promovendo sistemas alimentares sustentáveis e resilientes. Altieri define a agroecologia como “o estudo dos processos ecológicos aplicados aos sistemas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

agrícolas, com o objetivo de melhorar as interações entre plantas, animais, humanos e o meio ambiente dentro de uma abordagem sustentável” Altieri (1995, p.56). Essa abordagem busca reduzir a dependência de insumos externos e reforçar a regeneração dos ecossistemas agrícolas.

Além de sua dimensão técnica, a agroecologia é intrinsecamente política, pois desafia a agricultura industrial e as estruturas de poder que moldam os sistemas alimentares globais. Gliessman descreve a agroecologia como “tanto uma ciência quanto um movimento que busca transformar a agricultura, criando sistemas alimentares justos e sustentáveis que atendam às necessidades das comunidades locais” Gliessman (2014, P.89). Nessa perspectiva, a agroecologia atua como um movimento de resistência, promovendo soberania alimentar, valorização da agricultura familiar e inclusão de populações tradicionais (Altieri, 2004).

As políticas públicas de agroecologia no Brasil são estruturadas em torno de diversos programas e iniciativas, sendo a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) um dos principais. Criado em 2013, o PNAPO tem como objetivos promover a transição para práticas agroecológicas, fomentar a produção orgânica e garantir a segurança alimentar.

O desenvolvimento das políticas públicas de agroecologia no Brasil é fruto de uma trajetória de mobilização social e pressões de movimentos ligados à agricultura familiar e à sustentabilidade ambiental. O primeiro grande passo foi dado em 1996 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que forneceu crédito e assistência técnica para pequenos produtores, promovendo práticas mais sustentáveis (PETERSEN et al., 2013). Segundo Sabourin et al. (2014), o PRONAF teve um papel crucial na consolidação de políticas voltadas para a agricultura familiar.

A construção de políticas públicas voltadas à agroecologia no Brasil tem raízes em processos históricos que antecedem a formulação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Desde os anos 1980, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e experiências regionais impulsionaram ações que mais tarde dariam base para uma política nacional estruturada. Conforme descrito no documento *A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil*, algumas dessas iniciativas foram fundamentais para fortalecer práticas agroecológicas e garantir a participação social na formulação de políticas.

Entre essas primeiras experiências, destaca-se o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Jequitinhonha (PADJ), que integrou práticas sustentáveis à reforma agrária em Minas Gerais. Também relevante foi o Projeto Lumiar, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 1997, que descentralizou a assistência técnica aos assentados e permitiu que suas organizações contratassem os serviços, promovendo autonomia e incentivando a transição agroecológica.

Além disso, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do Paraná incentivou a diversificação produtiva e a redução do uso de agrotóxicos, sendo um precursor de políticas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

mais abrangentes no campo da agroecologia. Em paralelo, movimentos acadêmicos e estudantis, como a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab), pressionaram pela inclusão da agroecologia nas universidades e programas de extensão, preparando profissionais comprometidos com práticas agrícolas sustentáveis.

No entanto, foi somente a partir dos anos 2000, que as políticas de agroecologia ganharam mais espaço no cenário nacional com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que abrigava programas voltados à promoção da agroecologia, inserindo-a no contexto de desenvolvimento rural sustentável (FERNANDES et al., 2017).

O lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) em 2012, durante o governo de Dilma Rousseff, foi o maior marco até então para as políticas públicas de agroecologia no Brasil. O PLANAPO tinha como objetivo articular uma série de iniciativas e programas governamentais voltados à promoção da produção orgânica e agroecológica, integrando diferentes ministérios e organizações da sociedade civil (CNAPO, 2018).

O PLANAPO estabeleceu metas ambiciosas, como o aumento da produção de alimentos agroecológicos, a inclusão de agricultores familiares no mercado de produtos orgânicos e a promoção da segurança alimentar e nutricional através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Essas políticas buscaram fomentar a soberania alimentar e a sustentabilidade ambiental (FERNANDES et al., 2017).

A implementação do PLANAPO envolveu a criação de espaços de diálogo entre governo e sociedade civil, como a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), que monitorava e coordenava as ações do plano. Embora o PLANAPO tenha avançado na institucionalização de práticas agroecológicas, ele enfrentou dificuldades na execução plena, sobretudo devido à falta de recursos e à resistência do setor agroindustrial.

Para Caporal e Costabeber (2004), a agroecologia promove uma agricultura inovadora e resiliente, utilizando recursos locais de forma sustentável. Essa adaptabilidade permite o desenvolvimento de sistemas agrícolas mais autossuficientes e menos vulneráveis a crises socioambientais. No Brasil, ela ocupa posição central em políticas públicas que almejam integrar a diversidade ecológica e as demandas socioeconômicas, com destaque para a agricultura familiar e a inclusão social de povos tradicionais. Petersen, Meirelles e Fonseca (2013) apontam que, ao ser incorporada nas políticas públicas, a agroecologia “torna-se uma ferramenta essencial para a promoção da agricultura sustentável e da inclusão social” (p. 59). Nesse contexto, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) emerge como um exemplo de integração entre sustentabilidade e políticas públicas.

A participação social desempenha um papel crucial na formulação de políticas agroecológicas, pois permite a expressão das demandas das comunidades diretamente afetadas. Abers (2000) destaca que a participação social fortalece a democracia, assegura transparência nas decisões governamentais e resulta em políticas mais inclusivas e adaptadas às realidades locais. No âmbito do PLANAPO III, a participação social foi fundamental, permitindo a articulação de movimentos sociais, organizações não governamentais e agricultores familiares na construção



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

de um plano mais alinhado às necessidades das comunidades e aos princípios da agroecologia. A Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) atuou no processo, ao integrar diferentes vozes da sociedade civil na formulação de políticas públicas voltadas para justiça ambiental, mitigação das mudanças climáticas e soberania alimentar.

A formulação do Terceiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO III) representa mais do que um esforço recente do governo e da sociedade civil; está inserida em uma trajetória histórica que consolida a participação social como um elemento central na construção de políticas públicas no Brasil. Desde a redemocratização, o Brasil tem se destacado por integrar mecanismos institucionais de participação social, como conselhos, conferências e fóruns, que permitem a interação entre governo e sociedade civil organizada (GOHN, 2011). Esses espaços participativos não apenas promovem a inclusão de diferentes atores no debate público, mas também têm o potencial de influenciar diretamente o processo decisório e a implementação de políticas (ABERS, 2000).

No campo específico da agroecologia, a participação social tem se mostrado essencial para garantir que políticas públicas reflitam as demandas territoriais e a diversidade de atores sociais, como agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais. Essa abordagem está alinhada com o histórico de iniciativas participativas no Brasil, que reforçam a legitimidade das decisões governamentais e promovem a descentralização do poder (PETERSEN et al., 2013). A criação de planos como o PLANAPO é resultado desse contexto histórico de valorização da construção coletiva e democrática, que reconhece a participação social como um meio de fortalecer a inclusão e a justiça social (FUNG, 2006).

Este estudo tem como objetivo analisar o papel da participação social na construção do PLANAPO III, com foco nas contribuições da sociedade civil para a formulação das políticas públicas agroecológicas. Serão examinados os mecanismos de participação empregados, os desafios enfrentados e as formas como essas interações contribuíram para tornar o PLANAPO III mais alinhado com os princípios da agroecologia, promovendo resiliência socioambiental e fortalecimento da agricultura sustentável no Brasil.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com o objetivo de compreender o papel da participação social na construção do Terceiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO III). A abordagem qualitativa permite captar as percepções e dinâmicas sociais envolvidas no processo, enquanto o caráter exploratório busca identificar aspectos pouco estudados relacionados à participação social. O componente descritivo, por sua vez, documenta e analisa os mecanismos de participação e as contribuições da sociedade civil de forma sistemática.

A pesquisa foi estruturada a partir da análise documental de fontes primárias, como o próprio PLANAPO III e as atas das reuniões da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), que incluem registros das discussões e propostas apresentadas ao longo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

do processo de formulação do plano. Essa análise visou identificar os principais mecanismos de participação social e as contribuições da sociedade civil no desenvolvimento do PLANAPO III.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa utilizou a análise documental como principal técnica de coleta de dados. Foram examinados documentos oficiais, como versões preliminares e finais do PLANAPO III e atas das 23^a, 24^a e 25^a reuniões da CNAPO. Estes documentos fornecem informações detalhadas sobre os debates realizados, as propostas apresentadas por diferentes grupos — como movimentos sociais, organizações da sociedade civil e representantes de órgãos públicos — e as respostas governamentais a essas contribuições.

A análise de conteúdo foi utilizada como técnica principal para a interpretação dos documentos, conforme descrito por Bardin (2011). O processo incluiu as etapas de pré-análise, exploração do material e categorização das informações em temas relevantes. A análise focou na identificação dos principais mecanismos de participação social, das propostas apresentadas e de como essas influenciaram as modificações no plano final na perspectiva do observador que vivenciou o processo de construção do PLANAPO II enquanto estagiava na CNAPO.

As categorias temáticas foram organizadas em torno de três eixos principais:

- Mecanismos de participação social: como as contribuições foram organizadas e incorporadas ao plano;
- Propostas da sociedade civil: principais demandas e sugestões apresentadas durante as reuniões;
- Impactos no PLANAPO III: mudanças incorporadas no plano em função do controle social.

Assim, a partir dessa perspectiva histórica, os resultados apresentados neste trabalho abordam como o processo participativo foi estruturado durante a elaboração do PLANAPO III. Os principais marcos analisados incluem os Diálogos do Brasil Agroecológico, as oficinas interministeriais coordenadas pela Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e as reuniões ordinárias da CNAPO, que, juntos, exemplificam a aplicação prática dessa tradição de participação social na construção de políticas públicas.

Resultados

Construção da Comissão: Processo e Edital de Chamamento

A composição da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) para o período de 2023-2027 foi estruturada por meio de um processo de chamamento público regulamentado pelo *Edital nº 01/2023/CNAPO*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2023. Seção 1, p. 7. Esse edital teve como objetivo selecionar 21 representantes da sociedade civil, abrangendo organizações e movimentos sociais com atuação significativa nos campos da agroecologia e produção orgânica.

Critérios de Seleção e Representatividade



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

O edital estabeleceu critérios claros para a participação das organizações, reforçando a representatividade e a inclusão. Entre os requisitos, destacaram-se:

- **Abrangência Nacional:** As organizações deveriam ter atuação em pelo menos seis unidades federativas e duas regiões do Brasil, assegurando uma representação territorial diversa e equilibrada.
- **Categorias de Representação:** Redes de agroecologia, movimentos de mulheres rurais, organizações de agricultura familiar, comunidades tradicionais e cooperativas foram algumas das categorias contempladas, refletindo a diversidade do setor agroecológico e orgânico brasileiro
- **Inclusão e Diversidade:** O edital inovou ao exigir paridade de gênero e estabelecer uma cota mínima de 20% para pessoas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas.

Esses critérios demonstram o compromisso com uma composição plural, buscando incorporar diferentes visões e experiências para fortalecer a legitimidade da CNAPO.

O processo de seleção foi estruturado em etapas transparentes e democráticas:

1. **Inscrição:** As organizações interessadas enviaram documentação comprobatória de atuação e representatividade.
2. **Habilitação:** Documentos foram analisados para verificar o cumprimento dos critérios estabelecidos.
3. **Plenária Eleitoral:** As organizações habilitadas participaram de uma plenária em que foram realizadas votações para a escolha dos representantes.
4. **Resultado Final:** A composição final foi divulgada publicamente, garantindo transparência ao processo.

Esse modelo reforçou a integração entre Estado e sociedade civil, promovendo um ambiente participativo e multissetorial para a construção de políticas públicas agroecológicas.

Comparado a processos seletivos anteriores, o Edital nº 01/2023/CNAPO representou um avanço significativo em termos de inclusão e diversidade. Segundo as atas das reuniões da CNAPO, essa estrutura permitiu a ampliação do diálogo com diferentes setores sociais, promovendo debates mais amplos e enriquecedores sobre as demandas regionais e temáticas da agroecologia.

A introdução de critérios específicos de diversidade, como a cota racial e a paridade de gênero, marcou um avanço fundamental para a construção de políticas inclusivas. Esses requisitos atenderam a desafios históricos, como a sub-representação de mulheres e populações tradicionais em espaços de decisão, criando um ambiente mais alinhado aos princípios da agroecologia, que valorizam a justiça social e a equidade.

O fortalecimento da representatividade na CNAPO impactou diretamente a formulação do PLANAPO III. A inclusão de vozes diversas na comissão garantiu que as políticas públicas formuladas refletissem as realidades e demandas de diferentes comunidades, promovendo um alinhamento mais profundo com os objetivos da agroecologia e da sustentabilidade. Como



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

apontado por Petersen, Meirelles e Fonseca (2013), a participação social “torna-se uma ferramenta essencial para a promoção da agricultura sustentável e da inclusão social”.

Além disso, o modelo adotado pelo edital promoveu maior articulação entre as organizações da sociedade civil, incentivando a cooperação em torno de um objetivo comum: a construção de políticas públicas eficazes, baseadas nas realidades locais. Essa abordagem reforça a ideia de que a agroecologia, enquanto prática e movimento político, depende do fortalecimento das redes sociais e da representatividade em espaços decisórios.

Por fim, a CNAPO, estruturada com base nesse edital, não apenas ampliou o controle social sobre as políticas agroecológicas, mas também fortaleceu a legitimidade das decisões, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento de sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e resilientes.

Tabela 1: composição final da CNAPO após Edital nº 01/2023/CNAPO de seleção

Sigla e Nome Completo da Organização da Sociedade Civil e Movimento Social	Sigla e Nome dos Ministérios e demais órgãos de governo
ABA - Agroecologia, Associação Brasileira de Agroecologia	SG - Secretaria-Geral da Presidência da República
ABD - Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica	MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia	MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
ANA Amazônia - Articulação de Agroecologia da Amazônia	MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
AP1MC - Associação Programa Um Milhão de Cisternas Para o Semiárido	MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil	MEC - Ministério da Educação
ASBRAER - Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Regularização Fundiária	MF - Ministério da Fazenda
CNPOrg - Comissão Nacional de Produção Orgânica	MIR - Ministério da Igualdade Racial
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares	MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
CONTRAF BRASIL - Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil	MMA - Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima
FBSPG - Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de	MM - Ministério das Mulheres



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Controle Social	
FCT - Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba	MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura
Instituto Brasil Orgânico	MPI - Ministério dos Povos Indígenas
MCP - Movimento Camponês Popular	MS - Ministério da Saúde
MIQCB - Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas - ANMC Associação Nacional de Mulheres Camponesas	ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
MMTR-NE - Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste	CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores	EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Rede ATER Nordeste de Agroecologia	FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
Rede ECOVIDA de Agroecologia	FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
UNICAFES - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária	INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Convidados da CNAPO	
BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social	
FBB - Fundação Banco do Brasil	

Fonte: CNAPO

Diálogos do Brasil agroecológico

Com a composição da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) concluída, iniciou-se o processo de construção do Terceiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO III), um dos marcos desse processo foi a realização dos Diálogos do Brasil Agroecológico.

Os Diálogos do Brasil Agroecológico representam uma iniciativa estratégica e inovadora no fortalecimento da agroecologia e da produção orgânica no Brasil. Promovidos pelo governo federal em parceria com a sociedade civil, esses eventos visaram criar espaços para o diálogo e a construção coletiva de políticas públicas. Com foco na integração de diferentes atores, como movimentos sociais, associações de agricultores, povos indígenas, comunidades tradicionais, pesquisadores, gestores públicos e consumidores, os encontros foram concebidos para elaborar estratégias que promovam sistemas alimentares sustentáveis, resilientes e inclusivos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Os Diálogos foram realizados em resposta à necessidade de ampliar a participação social no processo de formulação do *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO III)*. Entre 2023 e 2024, ocorreram seis encontros regionais em cidades estratégicas que representaram as cinco regiões do país — Belém (PA), Recife (PE), Brasília (DF), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS) —, culminando em um evento nacional em Brasília. Esses encontros buscaram captar especificidades territoriais, assegurando que as diversidades culturais, sociais e ecológicas fossem consideradas na formulação do plano.

Os eventos foram organizados de maneira inclusiva, utilizando formatos presenciais e virtuais, com atividades como mesas-redondas, oficinas temáticas e plenárias. Essa abordagem garantiu um alcance ampliado e uma maior inclusão, especialmente em um cenário que ainda demandava flexibilidade por conta de restrições logísticas. O evento nacional consolidou as contribuições regionais e alinou diretrizes para a formulação final do *PLANAPO III*.

De acordo com Abers (2000), a construção de políticas públicas inclusivas é fortalecida por mecanismos de participação social que promovem interação genuína entre governo e sociedade civil. Nesse sentido, os Diálogos consolidaram-se como um espaço de escuta ativa e de inclusão, permitindo que diferentes demandas e saberes fossem integrados ao processo decisório. Como destacam Fung (2006) e Petersen et al. (2013), a diversidade de contextos socioeconômicos e ecológicos do Brasil requer políticas públicas adaptadas às realidades locais, tornando processos participativos fundamentais para alcançar eficiência e equidade.

Os Diálogos também enfatizaram a inclusão de uma ampla diversidade de representantes, como comunidades indígenas, quilombolas, agricultores familiares e outros movimentos sociais. Essa diversidade foi crucial para moldar políticas que refletissem a riqueza cultural e ambiental do Brasil. A participação social nesses eventos não foi apenas consultiva, mas deliberativa, fortalecendo a inclusão de diferentes vozes no processo de construção de políticas públicas, como a soberania alimentar e a justiça ambiental.

Ainda que os Diálogos tenham sido uma iniciativa exemplar de inclusão e representatividade, desafios persistem. Fung (2006) alerta que mecanismos participativos frequentemente enfrentam barreiras, como desigualdades de poder e falta de infraestrutura, o que pode marginalizar as vozes mais vulneráveis. No caso dos Diálogos, esses desafios incluem a dificuldade de engajar populações rurais isoladas ou com acesso limitado a tecnologias de comunicação.

Apesar desses obstáculos, os Diálogos do Brasil Agroecológico estabeleceram um marco na formulação de políticas públicas agroecológicas no Brasil. A partir das contribuições coletadas, foram identificadas prioridades para o fortalecimento de sistemas alimentares mais justos, resilientes e inclusivos, reafirmando a importância da descentralização do poder e da autonomia das comunidades locais como pilares fundamentais para o sucesso de políticas públicas eficazes e sustentáveis.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Tabela 2: Diálogos do Brasil agroecológico em números, oficinas de setembro a dezembro de 2023

Território - sede	Oficinas	Participantes	Experiências agroecológicas	Entidades participantes
Brasília	1	45	8	10
Campina Grande-Paráíba	1	36	8	10
Belo Horizonte-Minas gerais	1	62	10	14
Gloria de Dourados-Mato grosso do sul	1	41	11	21
Natal - Rio grande do norte	1	72	13	24
Goiania - Goiás	1	65	9	16
Salvador - Bahia	1	226	9	13
Teresina - Piauí	1	54	25	31
Total:	8	601	68	108

fonte: CNAPO:

Presidência da República. “Diálogos do Brasil Agroecológico promovem a participação social no PLANAPO III.” Disponível em: <https://www.gov.br/planapo-dialogos>.

Oficinas da CIAPO

A Comissão Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) é uma instância de governança criada pelo Governo Federal do Brasil para coordenar e articular ações entre diferentes ministérios e órgãos federais voltados à implementação dos Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Seu principal papel é assegurar a gestão integrada e eficaz das políticas de agroecologia, promovendo a transversalidade entre setores como agricultura, meio ambiente, saúde e desenvolvimento social.

Entre suas funções, a CIAPO realiza a coordenação intersetorial, promovendo o diálogo entre os diversos ministérios e entidades governamentais para alinhar as políticas públicas de agroecologia com objetivos comuns, como segurança alimentar, conservação ambiental e saúde pública. Além disso, é responsável pelo planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações previstas nos PLANAPOs, acompanhando indicadores de desempenho e realizando os ajustes necessários para maximizar os impactos das políticas implementadas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Outro papel central da CIAPO é a interação com a sociedade civil, que ocorre em parceria com a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). Essa colaboração fortalece a gestão democrática das políticas ao incorporar as demandas e contribuições da sociedade ao planejamento e execução das ações.

A CIAPO desempenhou um papel crucial na construção do III Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO III), consolidando-se como uma instância estratégica para a articulação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agroecologia no Brasil. Restabelecida em 2023, após sua extinção no governo anterior, a CIAPO passou a contar com a participação de 13 ministérios, o que reforça seu caráter multissetorial e a integração de esforços de diferentes áreas governamentais. Essa composição amplia a capacidade de diálogo e colaboração entre diversos setores, facilitando a implementação de políticas mais integradas e abrangentes, como apontado por Lessa et al. (2018), que discutem a importância da colaboração interinstitucional para o sucesso de políticas públicas complexas.

Como parte do processo de elaboração do III PLANAPO, a CIAPO coordenou uma série de oficinas interministeriais, que se destacaram como espaços de diálogo e planejamento. Esses encontros foram fundamentais para a articulação entre ministérios garantindo que as diferentes perspectivas regionais e temáticas fossem devidamente consideradas na construção do plano. As oficinas essas de governo levaram para a mesa as demandas trazidas pela sociedade civil nos diálogos do Brasil agroecológico e promoveram a inclusão dessas vozes de atores chave da sociedade civil, como movimentos sociais, organizações de agricultores familiares e comunidades tradicionais, assegurando que o PLANAPO III fosse alinhado com políticas públicas já existentes, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O alinhamento entre o PLANAPO e o PNAE, por exemplo, possibilita uma maior coesão nas políticas de apoio à agricultura familiar e ao fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis, como discutido por Lima e Almeida (2015) em sua análise sobre políticas públicas voltadas à agroecologia e segurança alimentar.

A retomada e o fortalecimento da CIAPO evidenciam um esforço renovado do governo federal para consolidar a agroecologia como uma política de Estado, comprometida com a diversidade, sustentabilidade e resiliência dos sistemas alimentares brasileiros. A reestruturação da CIAPO reflete um movimento mais amplo de valorização da agroecologia como uma estratégia não apenas para o desenvolvimento sustentável, mas também como uma resposta eficaz aos desafios impostos pelas mudanças climáticas e pela crise ambiental. De acordo com Melo e Silva (2017), essa revalorização da agroecologia está diretamente ligada a valorização do conhecimento tradicional e local, essencial para a construção de sistemas alimentares mais resilientes e socialmente justos.

Reuniões ordinárias da CNAPO

As três reuniões ordinárias da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) ocorridas em março, julho e setembro de 2024, foram fundamentais no processo de formulação e monitoramento do III Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO III). Essas reuniões promoveram a participação de representantes do governo e da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

sociedade civil para alinhar estratégias, avaliar os avanços e propor novos caminhos para fortalecer as políticas públicas de agroecologia e produção orgânica.

Além disso, o diálogo com a sociedade civil foi intensificado por meio de oficinas específicas, organizadas com o objetivo de debater as iniciativas previstas no III PLANAPO. Essas oficinas promoveram um envolvimento mais amplo da sociedade civil, abordando os desafios e as oportunidades na implementação do plano. Representantes de diversos segmentos, como movimentos sociais, organizações de produtores e redes de agroecologia, participaram ativamente dessas discussões, contribuindo com diagnósticos locais e propondo soluções para aprimorar o alcance e a eficácia das políticas públicas.

Esses espaços de articulação foram essenciais para garantir que as demandas locais e territoriais estivessem refletidas no plano, assegurando que o III PLANAPO fosse mais inclusivo, sustentável e adaptado às realidades dos diversos contextos agroecológicos brasileiros. A abordagem participativa também reforçou a legitimidade das ações propostas, destacando o compromisso do governo em construir políticas públicas de forma colaborativa e descentralizada, com foco nas necessidades específicas de diferentes regiões (CNAPO, 2023; Secretaria-Geral da Presidência da República, 2023).

Principais Debates

As reuniões ordinárias da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) foram essenciais na formulação e implementação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO III). Esses encontros representaram um espaço de governança compartilhada entre o governo federal e representantes da sociedade civil, buscando alinhar ações multissetoriais e inclusivas no âmbito das políticas públicas agroecológicas.

Durante as reuniões, os debates giraram em torno de questões estruturantes, como a revisão do Decreto nº 7.794/2012, que regulamenta a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), e o fortalecimento da agricultura familiar. Entre os temas discutidos, destacaram-se a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas por meio de práticas agroecológicas, o aprimoramento da segurança alimentar e a valorização dos saberes tradicionais das comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas. Questões relacionadas à igualdade de gênero e à inclusão de mulheres rurais também foram amplamente debatidas, reafirmando o compromisso da CNAPO com a diversidade e os direitos sociais.

Além disso, as reuniões promoveram discussões sobre a ampliação do acesso a mecanismos de financiamento, assistência técnica e pesquisa agroecológica. A participação da sociedade civil fortaleceu o diálogo e assegurou que as políticas fossem formuladas de maneira alinhada às demandas locais, promovendo resiliência socioeconômica e ambiental. A estrutura participativa das reuniões reafirmou a CNAPO como um espaço legítimo e inclusivo de deliberação estratégica.

A incorporação dessas pautas ao PLANAPO III consolidou o papel das reuniões ordinárias como ferramentas indispensáveis na construção de políticas públicas sustentáveis, baseadas em princípios de inclusão social e governança democrática.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

A Mesa Coordenadora da CNAPO: articulação interministerial e principais cobranças

A Mesa Coordenadora da CNAPO desempenha um papel estratégico na condução das atividades da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Composta de maneira paritária por membros da sociedade civil e representantes do governo, esta instância organiza, coordena e administra as reuniões, além de acompanhar os desdobramentos e a implementação das decisões tomadas no plenário da CNAPO. Este espaço possibilita o fortalecimento do diálogo intersetorial, garantindo que as ações relacionadas às políticas de agroecologia sejam devidamente articuladas, acompanhadas e respondam aos desafios de implementação do PLANAPO III. A atuação da mesa também facilita a resolução de eventuais entraves administrativos e políticos, promovendo a eficiência na execução dos objetivos traçados pela Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

No âmbito do PLANAPO III, a Mesa Coordenadora da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) desempenhou um papel fundamental na articulação entre a sociedade civil e os ministérios integrantes da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO). Sua atuação foi marcada pela busca de integração de políticas públicas setoriais e pela promoção de uma abordagem transversal na formulação e execução de iniciativas ligadas à agroecologia.

Entre os principais esforços da Mesa Coordenadora, destacam-se as ações voltadas para o fortalecimento do diálogo com os 14 ministérios integrantes da CIAPO. Por meio de reuniões periódicas e da elaboração de documentos técnicos, a Mesa buscou consolidar o alinhamento das ações ministeriais aos objetivos do PLANAPO III. Dentre as demandas mais recorrentes dos diálogos do Brasil agroecológico, a inclusão do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA) como uma estratégia central do plano foi amplamente debatida, sendo uma cobrança significativa da sociedade civil representada na Mesa. Apesar da importância da proposta, essa pauta encontrou resistência principalmente por parte do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), evidenciando disputas internas na formulação de políticas voltadas para a sustentabilidade.

Ademais, a Mesa enfatizou a necessidade de maior engajamento de ministérios com competências complementares, como o Ministério da Saúde e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para garantir que ações de segurança alimentar, saúde pública e preservação ambiental fossem efetivamente integradas ao plano. Nesse contexto, a Mesa Coordenadora serviu como um espaço de denúncia e articulação, evidenciando as dificuldades enfrentadas para assegurar a execução de políticas públicas que reflitam as demandas da sociedade civil e dos territórios mais vulneráveis.

Conflitos e frustrações

O envolvimento da sociedade civil na construção de políticas públicas é amplamente reconhecido como essencial para assegurar que tais políticas sejam representativas e eficazes. No entanto, o processo de formulação do III Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO III) também evidenciou tensões e frustrações enfrentadas pelos atores



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

sociais envolvidos. Apesar do esforço do governo em promover a participação social por meio de mecanismos como os *Diálogos do Brasil Agroecológico* e as reuniões da CNAPO, persistiram questionamentos sobre a efetiva representatividade de todos os segmentos sociais. Movimentos sociais, comunidades tradicionais e pequenos agricultores enfrentaram barreiras logísticas e financeiras para participar ativamente das oficinas e plenárias, o que limitou sua capacidade de influenciar decisões. Como ressalta Fung (2006), a desigualdade no acesso a espaços de poder é uma das principais barreiras à participação social plena, resultando em vozes marginalizadas no processo deliberativo. Outro ponto de tensão foi a percepção, por parte de algumas organizações, de que suas demandas não foram adequadamente incorporadas ao PLANAPO III. Esse sentimento de frustração pode estar relacionado à falta de feedback claro sobre como as contribuições foram integradas. Como evidenciado por Gohn (2011), a ausência de transparência nos processos participativos pode gerar desconfiança e desmobilização da sociedade civil, enfraquecendo a legitimidade das políticas públicas.

A descontinuidade institucional no âmbito das políticas agroecológicas durante o governo anterior também gerou frustrações. A extinção temporária de instâncias como a CIAPO e a CNAPO fragilizou a articulação entre sociedade civil e governo, obrigando a retomada dos trabalhos em 2023 a enfrentar desafios adicionais de reconstrução e rearticulação. Além disso, a burocracia envolvida no processo de construção do PLANAPO III foi frequentemente apontada como um obstáculo à agilidade na implementação de propostas (Abers, 2000).

Houve também frustração quanto o lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO III) que enfrentou uma série de desafios que refletiram as tensões entre o governo e a sociedade civil. Inicialmente, uma tentativa de lançamento, prevista para julho de 2024, foi adiada devido à pressão de organizações da sociedade civil, membros da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). Essas instituições e movimentos questionaram a ausência de propostas concretas para a redução do uso de agrotóxicos, uma prioridade para muitos movimentos envolvidos na construção do plano. A falta de inclusão do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara) foi um ponto crítico para o adiamento, já que muitos consideram fundamental a integração de medidas para a redução do uso de agrotóxicos em políticas agroecológicas. Após esse impasse, o governo reagendou o lançamento para o Dia Mundial da Alimentação, em 16 de outubro de 2024. Nesse novo momento, o PLANAPO III foi oficialmente lançado, com foco em fortalecer a produção de alimentos saudáveis, preservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento econômico das comunidades rurais.

Essas tentativas frustradas de lançamento evidenciam a complexidade de se construir um plano de políticas públicas que concilie os interesses de diversos grupos sociais, especialmente os movimentos que reivindicam uma agricultura mais sustentável e menos dependente de produtos químicos. A demora e as tensões no processo refletem as dificuldades intrínsecas a qualquer processo de participação social, como apontado por Fung (2006), que destaca que a desigualdade no acesso a espaços de poder pode marginalizar vozes críticas durante o processo de formulação de políticas públicas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Embora os esforços para promover uma ampla participação social sejam louváveis, a experiência do PLANAPO III ilustra a complexidade de conciliar diversidade de perspectivas com efetividade na formulação de políticas públicas. Petersen et al. (2013) destacam que o sucesso de políticas participativas depende de uma estrutura que assegure condições equitativas de participação, bem como da integração transparente das demandas coletadas. Nesse sentido, é fundamental que futuras edições do PLANAPO enfrentem os desafios levantados, ampliando os mecanismos de inclusão e aprimorando a comunicação com os atores sociais envolvidos.

Análise do Controle Social pela CNAPO na Implementação do PLANAPO

A CNAPO, composta por representantes do governo e da sociedade civil, tem como principal objetivo garantir que o PLANAPO seja executado de forma descentralizada e que suas ações sejam acompanhadas pela sociedade, assegurando que os grupos mais vulneráveis, como povos indígenas, mulheres rurais e agricultores familiares, sejam diretamente beneficiados. A comissão não apenas delibera sobre as políticas de agroecologia, mas também atua como um mecanismo de fiscalização da implementação, propondo ajustes e melhorias conforme as demandas da sociedade civil.

O controle social, sob a ótica da CNAPO, é promovido por meio de diversas formas de participação. Uma das principais ferramentas de controle social adotadas pela CNAPO são as reuniões periódicas, nas quais os membros da sociedade civil podem apresentar suas demandas, questionar ações do governo e sugerir modificações nas políticas. Essas reuniões são espaços de diálogo, onde a transparência é um valor central, permitindo que as diferentes organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos comunitários tenham voz ativa nas decisões que afetam suas realidades. Segundo um membro da CNAPO: “A possibilidade de um diálogo constante com o governo e a cobrança de ações em tempo real fortalecem o processo de implementação do PLANAPO, garantindo que as políticas sejam adequadas e implementadas corretamente” (Almeida, 2023).

Além disso, a CNAPO também promove oficinas e seminários que visam aprofundar o entendimento sobre as políticas de agroecologia e envolver a sociedade civil no processo de monitoramento e avaliação. Essas atividades promovem a construção de uma visão compartilhada entre os diversos atores e permitem a identificação de falhas na implementação, além de oferecer um espaço para que os grupos sociais vulneráveis possam expor suas dificuldades. O processo de construção e validação do PLANAPO, que inclui a participação ativa da sociedade civil, reflete a pluralidade das realidades sociais e agroecológicas do Brasil. As oficinas realizadas ao longo da implementação do plano têm contribuído para que as políticas agroecológicas sejam mais ajustadas às especificidades locais e territoriais, como observado por Costa (2023), que ressalta a importância da participação ativa para o sucesso da execução do plano.

Outro mecanismo importante de controle social é a atuação da mesa coordenadora da CNAPO, que tem trabalhado em articulação com os ministérios para garantir que as políticas do PLANAPO sejam integradas com outras políticas públicas relacionadas, como as de agricultura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

familiar, meio ambiente e saúde. A mesa também tem sido responsável por pressionar o governo a destinar mais recursos financeiros para a execução das ações do plano, buscando garantir que o controle social se traduza em ações concretas de desenvolvimento. A efetividade dessa articulação é destacada por Silva e Ribeiro (2023), que apontam que a participação da sociedade civil na mesa coordenadora fortalece a transparência e garante que as ações sejam alinhadas com as necessidades locais.

No entanto, o controle social na implementação do PLANAPO enfrenta desafios significativos. A resistência de certos setores, como o agronegócio, que ainda priorizam práticas convencionais de produção, representa uma barreira para a plena implementação de políticas agroecológicas. Além disso, a falta de uma infraestrutura de apoio mais robusta em algumas regiões do Brasil dificulta o alcance das políticas. A CNAPO tem buscado superar essas barreiras por meio do fortalecimento do controle social, ampliando a mobilização de diferentes setores e incentivando a cooperação interinstitucional, como afirmou um dos membros da comissão: “O maior desafio ainda é integrar as diversas partes do Brasil, principalmente as regiões mais afastadas, e garantir que as políticas cheguem a todos os territórios, com a força necessária” (Gomes, 2023).

Considerações finais

O Terceiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO III) consolida a participação social como elemento central na construção de políticas públicas voltadas à agroecologia no Brasil. A pesquisa demonstrou que instrumentos como os Diálogos do Brasil Agroecológico, as reuniões da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e as oficinas interministeriais da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) foram fundamentais para integrar uma diversidade de vozes, especialmente de movimentos sociais, comunidades tradicionais e agricultores familiares. Esses processos ampliaram a representatividade e trouxeram avanços importantes, como a implementação de critérios de paridade de gênero e cotas raciais, alinhando o plano a princípios de inclusão social e justiça ambiental.

Apesar desses avanços, o estudo identificou desafios significativos que limitaram a efetividade do processo participativo. Barreiras logísticas, dificuldades financeiras e a ausência de retorno claro sobre a incorporação das demandas sociais geraram tensões entre o governo e a sociedade civil. As três tentativas frustradas de lançamento do plano em 2024 ilustraram essas limitações, evidenciando a complexidade de harmonizar as expectativas de diferentes grupos sociais com as restrições institucionais e políticas. Além disso, a descontinuidade administrativa em gestões anteriores prejudicou a articulação entre os setores, tornando a retomada das instâncias participativas um processo desafiador.

Entretanto, o PLANAPO III reafirma a agroecologia como uma política de governo estratégica, voltada à sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais. A pesquisa conclui que, para que as políticas agroecológicas sejam efetivamente inclusivas e alinhadas às necessidades territoriais, é essencial fortalecer os mecanismos de controle social, aprimorar a articulação interministerial e garantir maior transparência e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

devolutiva às comunidades. Esses esforços são fundamentais para que o plano cumpra seu papel de promover resiliência climática, segurança alimentar e justiça social, consolidando a agroecologia como uma resposta às crises ambientais e socioeconômicas contemporâneas.

Referências bibliográficas

ABERS, R. N. O controle social nas políticas públicas: participação, transparência e accountability. In: *Governo e Participação: Democracia, Empoderamento e os Desafios das Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ABERS, R. *Inventando a democracia: os conselhos participativos na reconstrução do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

AGROECOLOGIA. *A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil*. Capítulo 1, p. 25. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2017/09/144174_politica-nacional_WEB.pdf. Acesso em: 29 jan. 2025.

ALMEIDA, J. A participação social na implementação do PLANAPO: desafios e avanços. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 14, n. 2, p. 45-60, 2023.

ALTIERI, Miguel A. *Agroecology: The science of sustainable agriculture*. 2. ed. Boulder: Westview Press, 1995.

ALTIERI, M. A. *Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ATA de Reunião da CNAPO, 2023. Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO. *Relatórios e atas das reuniões ordinárias de 2023*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 ago. 2012.

BRASIL. *Diálogos do Brasil Agroecológico*. Estratégias para o fortalecimento da agroecologia e produção orgânica. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/assuntos/agroecologia/dialogos-do-brasil-agroecologico>. Acesso em: 29 jan. 2025.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Participação da sociedade civil em reuniões da CNAPO fortalece agroecologia. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral>. Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. *Relatório de atividades da Mesa Coordenadora da CNAPO – 2023*. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral>. Acesso em: 21 nov. 2024.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia: Alguns conceitos e princípios*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004.

COSTA, Marcos. *Monitoramento e Avaliação das Políticas Agroecológicas no Brasil*. Editora Agroecológica, 2023.

EDITAL nº 01/2023/CNAPO. Secretaria-Geral da Presidência da República, 15 de agosto de 2023.

FUNG, Archon. Varieties of participation in complex governance. *Public Administration Review*, v. 66, suplemento 1, p. 66-75, 2006.

GLIESSMAN, Stephen. *Agroecology: The ecology of sustainable food systems*. 3. ed. Boca Raton: CRC Press, 2014.

GOHN, M. G. *Movimentos sociais e política no Brasil: História, tendências e desafios*. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

GOMES, Rafael. O papel da mesa coordenadora na implementação do PLANAPO: uma análise crítica. Brasília: CNAPO, 2023.

LIMA, Arlindo Silva; ALMEIDA, José Ricardo da Silva. A interligação entre políticas públicas de segurança alimentar e agroecologia. *Revista de Desenvolvimento Sustentável*, v. 23, n. 3, p. 98-115, 2015.

MELO, Pedro Henrique Costa de; SILVA, Maria José dos Santos. A agroecologia no Brasil: desafios para uma política pública nacional. *Cadernos de Agroecologia*, v. 12, n. 4, p. 33-47, 2017.

PETERSEN, P.; BARBOSA, L.; RODRIGUES, F. *Participação social, controle social e políticas públicas: desafios e possibilidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

PETERSEN, Paulo et al. Agroecology and the integration of local knowledge in agricultural development. *Journal of Sustainable Agriculture*, 2013.

PETERSEN, Paulo; MEIRELLES, Luiz; FONSECA, Maria Fátima. Agroecologia e a construção de alternativas para a agricultura familiar. In: SANTOS, Milton; DELGADO, Guilherme C. (Org.). *Territórios, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013. p. 55-76.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

SCHNEIDER, Sérgio de M. et al. A importância das políticas públicas integradas para o fortalecimento das práticas agroecológicas no Brasil. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 14, n. 1, p. 73-89, 2019.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Edital nº 01/2023/CNAPO*. Processo de Seleção Pública dos representantes da Sociedade Civil na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. DOU, Seção 1, p. 1, 15 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/cnapo/editais/edital-no-1-de-15-de-agosto-de-2023-proceso-de-selecao-publica-da-cnapo/edital-01-2023-cnapo-selecao-publica-representantes-sociedade-civil>. Acesso em: 29 jan. 2025.

SILVA, Lucas; RIBEIRO, Fernanda. *Desafios na integração das políticas públicas: a experiência da CNAPO no PLANAPO*. São Paulo: Editora Governo e Sociedade, 2023.

Documento Digitalizado Público

TCC - Ketley Elienay Machado

Assunto: TCC - Ketley Elienay Machado
Assinado por: Edimilson Caldas
Tipo do Documento: Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Edimilson de Sousa Caldas**, ASSISTENTE DE ALUNO, em 27/02/2025 10:02:48.

Este documento foi armazenado no SUAP em 27/02/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 682983

Código de Autenticação: 283c49cea3

